

ACNUR BRASIL

RESPOSTA À COVID-19

JULHO 2020



Família venezuelana recebe kit de cozinha antes do embarque em voo da estratégia de interiorização que os levará de Boa Vista para outra cidade brasileira. Foto: ACNUR / Allana Ferreira.

CONTEXTO OPERACIONAL

No dia 31 de julho, o Brasil registrava 2.666.298 casos confirmados e 92.568 mortes por COVID-19.

As fronteiras permanecem fechadas desde meados de março devido à pandemia da COVID-19, inclusive para indivíduos vindos da Venezuela, com apenas poucas entradas e saídas irregulares relatadas. Para venezuelanas e venezuelanos que já estavam no Brasil, a validade da documentação que permite permanência legal foi estendida até o final da emergência.

Conforme relatado anteriormente, após a declaração do Estado de Emergência pelo Governo Federal, os governadores estaduais adotaram uma série de medidas para impedir a propagação do vírus, e algumas cidades tiveram que adotar o bloqueio total (lockdown). No entanto, desde junho, diversas cidades iniciaram um processo de reabertura gradual, o que causou um novo aumento de casos em vários locais. Muitos refugiados e migrantes venezuelanos estão sendo severamente afetados pela crise, chegando a perder seus meios de subsistência, e lutando para atender às suas necessidades mais básicas como abrigo e comida, incluindo os quatro mil venezuelanos indígenas de diferentes etnias (Warao, Eñepa e Pemón).

Refugiados e migrantes venezuelanos continuam a ter acesso a serviços nacionais de saúde e medidas de auxílio econômico como parte da resposta da COVID-19. No entanto, à medida que a crise da COVID-19 avança, a capacidade do sistema de saúde pública de responder às necessidades da população fica ainda mais tensa, afetando não apenas as pessoas infectadas pelo coronavírus, mas também as pessoas que

precisam de outros serviços de saúde.

Em julho, o Governo Federal pagou a quarta parcela do auxílio econômico emergencial mensal de R\$ 600,00 estabelecido desde abril para trabalhadores informais, independentemente de sua nacionalidade, a fim de aliviar o impacto econômico da situação da COVID-19 em até a três meses. No final junho, o Governo Federal anunciou a prorrogação da concessão por mais dois meses e agora estuda a viabilidade de estender até o final do ano, analisando possíveis adaptações.

Para atender a possíveis casos confirmados de COVID-19, a Operação Acolhida desenvolveu um plano de contingência em parceria com o ACNUR e outros atores em Roraima e Amazonas, incluindo o estabelecimento de um hospital de campanha em Boa Vista (Área de Proteção e Cuidados - APC), com capacidade para receber até 1.782 venezuelanos e membros da comunidade de acolhida. Instalações adicionais de isolamento também foram estabelecidas na cidade de Manaus.

As restrições de entrada para estrangeiros foram estendidas até o final de agosto com a aprovação da [Portaria nº 1/2020, publicada conjuntamente pela Casa Civil da Presidência da República, Ministério da Justiça, Ministério de Infraestrutura e Ministério da Saúde](#). As medidas permanecem as mesmas de ordenamentos anteriores, mas essa nova inclui restrições relacionadas à entrada de nacionais da Venezuela no Brasil, o que significa que, independentemente do status migratório, as pessoas que chegam da Venezuela por terra ou por oceano não podem entrar no Brasil; a entrada por via aérea agora é permitida e a pessoa terá que apresentar um visto se for exigido de acordo com a Lei Migratória Brasileira; a entrada por via aérea não é permitida nos seguintes estados: Mato Grosso do Sul, Paraíba, Rondônia, Rio Grande do Sul e Tocantins; o não cumprimento da Portaria (se a pessoa entrar por terra ou por oceano) continua a implicar a deportação ou repatriação da pessoa e a desqualificação da solicitação de refúgio.

PRINCIPAIS RISCOS E LACUNAS

Transmissão comunitária: Centenas de refugiados e migrantes venezuelanos estão vivendo em ocupações informais em situações extremas, expostos a riscos crescentes de contágio devido a condições inadequadas de WASH. Além disso, os refugiados e migrantes carecem de informações confiáveis sobre a COVID-19, sua transmissão, sintomas e formas eficazes de reduzir a exposição.

Colapso do sistema de saúde: Os sistemas de saúde em quase todo o país seguem em situação particularmente crítica, e enfrentam desafios na capacidade de resposta dos sistemas de saúde.

Impacto socioeconômico: Devido às medidas de distanciamento e isolamento, muitos refugiados e migrantes venezuelanos tiveram que interromper suas atividades econômicas e perderam sua fonte de renda.

Violência sexual e de gênero (VSG): A intensa convivência ocasionada pelo isolamento social, aliada à perda de meios de subsistência, pode gerar situações de inquietação, desconforto, aumento do estresse e, conseqüentemente, o aumento das incidências de violência de gênero em meninas e mulheres.

Acesso ao território: A Polícia Federal publicou diretrizes estendendo a suspensão da emissão de passaportes, identidade nacional para estrangeiros, tanto os temporários quanto os permanentes (DPRNM e CRNM) no dia 23 de maio. A emissão permanecerá suspensa se o estado de emergência de saúde pública continuar. No entanto, casos excepcionais devem ser enviados diretamente por e-mail ao Departamento de Polícia Federal mais próximo da pessoa solicitante.

RESPOSTA DO ACNUR

Fortalecendo o abrigamento e reforçando as respostas locais de saúde



Saúde: No final de julho, a Área de Proteção e Cuidados (APC) em Boa Vista estava acolhendo 69 pessoas, das quais quatro estavam em terapia intensiva. No total, 1.073 pessoas já passaram pela APC, sendo a maior parte brasileiros da comunidade local. A APC também conta com 65 profissionais de saúde venezuelanos que vêm contribuindo e empreendendo esforços para salvar vidas, utilizando suas experiências e habilidades junto a profissionais da saúde brasileiros. O ACNUR Brasil lançou

um [vídeo original](#) para destacar suas ações em resposta ao surto de COVID-19, com imagens de sua equipe participando ativamente na construção e implementação da APC em Boa Vista.

No Rio de Janeiro, o ACNUR Brasil apoiou o desenvolvimento do primeiro Plano Estadual de Saúde para Refugiados e Migrantes do estado. A ação foi anunciada em 24 de julho pelo Comitê Estadual para Refugiados e Migrantes do Rio de Janeiro e será baseada em três eixos principais: informações sobre saúde, qualificação dos profissionais de saúde e qualificação dos serviços de saúde prestados à população refugiada e migrante. O comitê também continua apoiando iniciativas legais para impedir que as remoções ocorram enquanto a crise da saúde pública persistir. Como membro do comitê sem direito a voto, o ACNUR seguirá oferecendo orientações técnicas para apoiar iniciativas como essa.



À medida que a nova pandemia de coronavírus avança pela América Latina, o ACNUR Brasil continua a apoiar as emergências humanitárias na região. Até o final de julho, 336 unidades habitacionais para refugiados foram embarcadas do Peru, Venezuela, República Dominicana, Haiti, Aruba e Guiana, como resultado da cooperação entre os escritórios do ACNUR em diferentes países.

A operação do ACNUR no Brasil também tem oferecido aos povos indígenas brasileiros. Em Boa Vista, trinta e cinco Unidades Habitacionais para Refugiados (RHUs) foram doadas para a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). As unidades habitacionais serão utilizadas para o isolamento de indígenas Yanomami confirmados ou com suspeita de COVID-19, tanto em locais estratégicos dentro da Terra Indígena Yanomami como em locais urbanos onde essas populações habitam. Mais 39 RHUs foram doadas para a FUNAI e serão usadas no município de Tabatinga, no Amazonas. O uso será igualmente voltado ao isolamento de indígenas brasileiros.



Abrigamento e recepção: Em julho, o ACNUR lançou o [Relatório Mensal de Roraima](#), compilando informações relevantes sobre abrigo, registro e interiorização coletadas em junho. O relatório também inclui informações sobre o impacto da COVID-19 na dinâmica de coordenação em relação às medidas de monitoramento e prevenção nos abrigos, e adaptações necessárias nas atividades de registro e interiorização.

O ACNUR, em coordenação com a OPAS e os Médicos sem Fronteiras, treinou 57 funcionários de organizações parceiras para ajudar no gerenciamento de casos de abuso de álcool nos abrigos de Roraima. No total, 25 refugiados e migrantes participaram dos treinamentos. Além disso, o ACNUR apoiou a OIM para o oferecimento de assistência médica a 122 pessoas em 7 abrigos.

Em Belém, mais de 64 indígenas venezuelanos Warao (14 famílias) foram realocados de abrigos estatais menores, que serão fechados, para um novo abrigo central. Na chegada, eles receberam utensílios de cozinha e duas unidades habitacionais (RHUs) foram montadas para servir de escritório para a equipe gestora do abrigo.

Em 22 de julho, após uma avaliação realizada pela equipe de proteção do ACNUR em coordenação com a organização parceira Fraternidade, foram realizadas melhorias nos banheiros do Alojamento de Trânsito de Manaus (ATM), com o objetivo de mitigar os riscos de proteção para a população LGBTI+ e garantir privacidade e melhores condições de recepção para as pessoas abrigadas no local.

Em julho, o ACNUR Brasil divulgou o relatório sobre *Atividades para Populações Indígenas* sobre o mês de junho, revelando que mais da metade dos indígenas venezuelanos no Brasil recebeu apoio do ACNUR e destacando diversas ações que a agência realiza para garantir os direitos e cuidados a essas populações.

Garantindo proteção e apoiando os processos de integração

Documentação: Enquanto o surto da COVID-19 segue dificultando o acesso à documentação no sul e sudeste do Brasil, o ACNUR se envolveu em várias atividades para garantir que esses serviços estejam disponíveis para as pessoas que precisam de proteção. Em Santa Catarina, mais de 1.100 refugiados e migrantes não conseguiram ter acesso à Polícia Federal para renovar protocolos, solicitar refúgio ou naturalização devido a problemas nos procedimentos administrativos, incluindo agendamento. Durante a pandemia, embora a Polícia Federal tenha estendido todos os prazos de validade para protocolos de solicitação de refúgio e autorizações de residência, os recém-chegados sem documentos não podem acessar serviços e emprego formal, e o possível crescimento de demandas acumuladas quando as atividades forem retomadas suscita preocupações. O ACNUR e a OIM mantêm contato com a Polícia Federal e a Defensoria Pública Federal (DPU) para garantir medidas oportunas para documentar os recém-chegados e gerenciar o atraso. Em outros estados, os cartórios estão se recusando a registrar crianças recém-nascidas de refugiados e migrantes com documentos vencidos. Em Japeri (RJ) e Uberlândia (MG), as famílias Warao tiveram problemas para registrar recém-nascidos. Nos dois casos, o ACNUR vem apoiando grupos de trabalho indígenas locais para estabelecer uma ligação com as autoridades e garantir que os problemas sejam resolvidos e casos futuros prevenidos.

Em Manaus, o ACNUR Brasil apoiou aproximadamente 227 refugiados e migrantes venezuelanos para acessar o auxílio econômico emergencial do Governo Federal, entre outros que precisavam emitir sua documentação para acessar serviços de saúde, estratégia de interiorização e oportunidades de emprego. O ACNUR continua realizando acompanhamentos diários para identificar os casos mais vulneráveis e fazer os devidos encaminhamentos.

Integração: Em julho, o ACNUR retomou seu apoio à estratégia de interiorização na modalidade abrigo-abrigo, mapeando vagas disponíveis em abrigos e fazendo contato com autoridades e parceiros, à medida que os voos internos recomeçaram seguindo as medidas de segurança em saúde. Além disso, doou 114 máscaras, 18 kits de cozinha e 3.600 unidades de roupas de inverno. Esses refugiados e migrantes foram realocados para os abrigos das Aldeias Infantis nas cidades de Juiz de Fora (Minas Gerais), Brasília (Distrito Federal), São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre (Rio Grande do Sul). Como as famílias dividem espaços comuns, o ACNUR doou kits de cozinha como medida preventiva contra o COVID-19, além de máscaras. Além disso, 138 refugiados e migrantes foram interiorizados de Manaus.



Ampliando o oferecimento de assistência financeira que pode salvar vidas



Apoio financeiro – conhecido como CBI (Cash Based Intervention):

Em julho, o ACNUR desembolsou pouco mais de R\$ 316.605,00 (aproximadamente USD 60.000,00) em transferências de CBI, elevando o total de distribuições em 2020 para mais de R\$ 2.043.077,00 (USD 384.000,00). Em 2020, cerca de 1.101 famílias foram atendidas até agora, sendo 895 delas chefiadas por mulheres. No total, quase 3.464 pessoas já se beneficiaram do programa este ano. Além disso, ainda como parte de nossa estratégia de CBI, o ACNUR distribuiu R\$ 10.259,00 (USD 1.900,00)

a 13 famílias (36 indivíduos) que foram realocadas voluntariamente.

Também em julho, o ACNUR iniciou o monitoramento de pós-distribuição (PDM) de 2020 com refugiados, solicitantes de refúgio e migrantes que receberam e usaram o CBI por meio de cartões pré-pagos. O PDM é realizado por meio de ligações telefônicas, onde os beneficiários são questionados sobre sua experiência, o uso que fazem do dinheiro recebido, a disponibilidade dos itens de que precisam no mercado e os riscos e problemas encontrados ao usar o CBI. Os resultados deste PDM ajudarão o ACNUR a avaliar e ajustar sua estratégia de CBI.

Ampliando e adaptando estratégias de comunicação com as comunidades (CwC)

CwC: Em Boa Vista, o ACNUR coordenou com a ONU Mulheres e o UNICEF uma ação para garantir que refugiados e migrantes venezuelanos fossem informados, por meio de materiais de comunicação em espanhol, da nova decisão de multar em R\$ 50,00 (USD 10,00) pessoas que não usavam máscara em espaços públicos e privados. O material informativo foi distribuído pelo ACNUR e parceiros pelo WhatsApp e, com o apoio de apoiadores comunitários, alcançou um total de 6.555 venezuelanos. Ainda como parte da ação, pôsteres foram afixados em dez abrigos e um espaço emergencial, e foram realizadas sessões de informações durante a distribuição de alimentos, alcançando aproximadamente 5.170 refugiados e migrantes.

O ACNUR também produziu materiais de informação na língua Warao sobre a importância de usar máscaras faciais em locais públicos e privados. Os materiais foram divulgados pelo WhatsApp, alcançando 300 Waraos que vivem no assentamento espontâneo Ka'Ubanoko e quase 500 no abrigo da Pintolândia.

Refugiados e migrantes venezuelanos também foram beneficiados por iniciativas de distribuição de máscaras, tanto em abrigos quanto em ocupações espontâneas, e o município anunciou que criará pontos de distribuição em toda a cidade. O ACNUR manterá um estoque de máscaras faciais do projeto Prevenção sem Fronteiras no PITRIG (centro de recepção) para doação a casos mais vulneráveis, e com dificuldades em adquiri-las.



Em Pacaraima, por meio de quatro grupos ativos do WhatsApp INFORMA-TE, gerenciados pelo ACNUR e pela AVSI, aproximadamente 600 refugiados e migrantes foram alcançados com materiais relacionados à COVID-19, gravidez, cuidados com o bebê e informações antixenofobia.

Em Manaus, o ACNUR e a OIM realizaram seis sessões informativas sobre a COVID-19 com a participação de aproximadamente 200 refugiados e migrantes no Espaço de Apoio da Rodoviária (PRA) para conscientizar sobre a situação atual da pandemia no Brasil, saúde e práticas de higiene, bem como restrições atuais de viagens.

Em São Paulo, a CASP, parceira do ACNUR, apoiou pelo Whatsapp aproximadamente 650 refugiados e solicitantes de refúgio, cobrindo temas como assistência social, proteção e saúde mental.

Violência sexual e de gênero (VSG): O ACNUR, em parceria com o Ministério da Cidadania, OIM, ONU Mulheres e UNICEF, lançou uma nova versão do livreto de assistência de emergência COVID-19 voltado para mulheres. Esta versão inclui ajustes recentes para acesso à assistência de emergência, dicas sobre os principais problemas que podem ocorrer com a solicitação de ajuda, como fazer apelos, a possibilidade de acesso de mães adolescentes e a possibilidade de fazer a solicitação nos correios para quem não tem acesso à Internet ou número de celular. O livreto também contém informações sobre a prevenção da violência contra as mulheres, que podem estar em situações de maior vulnerabilidade devido à pandemia. O livreto estará disponível em espanhol, português, árabe, francês e inglês.

Em 17 de julho, o ACNUR e o UNFPA realizaram uma sessão de treinamento sobre resposta e prevenção ao SGBV para nove pessoas. Os participantes eram da Força Tarefa Logística Humanitária (força-tarefa humanitária do Exército Brasileiro), AVSI (parceiro do ACNUR) e prestadores de serviços de limpeza da APC. Esta foi a última sessão de três voltadas à capacitação contínua para prevenção e resposta da VSG focada nas pessoas que trabalham na Área de Proteção da APC.

Garantindo que pessoas em vulnerabilidade tenham acesso a itens básicos



Distribuição de alimentos e itens não alimentares: O ACNUR Brasil distribuiu 357 mochilas com kits de higiene pessoal para os venezuelanos no Alojamento de Trânsito de Manaus (ATM). A iniciativa visa reforçar a importância do local como espaço de apoio às famílias e aos indivíduos em trânsito por meio de atividades de informação e prestação de assistência básica.

Em julho, o ACNUR Brasil estabeleceu uma parceria com o Grupo Boticário, que doou três toneladas de álcool gel e três toneladas de álcool em spray para prevenção da COVID-19 na população assistida pelo ACNUR no norte do Brasil, na APC e em abrigos da região. O Grupo Boticário é uma das maiores franquias de cosméticos do mundo. O ACNUR e a empresa assinaram recentemente uma parceria com o objetivo de subsidiar o plano de resposta COVID-19 da agência na região.

Em 12 de julho, mais de 680 peças de inverno doadas pela empresa japonesa UNIQLO foram distribuídas pelo ACNUR e cinco parceiros do Distrito Federal, impactando cerca de 350 pessoas, incluindo venezuelanos e brasileiros em situação vulnerável. O objetivo da atividade era fortalecer a coexistência pacífica e a parceria com as principais organizações da sociedade civil que atualmente trabalham com abrigamento, populações indígenas, pessoas LGBTI, solicitantes de refúgio e refugiados em Brasília.

Em Belém, o ACNUR foi ao bairro de Curuçambá fornecer aos indígenas venezuelanos 5 lonas para ajudá-los a concluir a construção de Janokos (habitações culturalmente adaptadas), beneficiando 70 pessoas que moram no local. Na ocasião, o grupo sinalizou algumas preocupações de saúde e proteção que tinham e os encaminhamentos foram discutidos, para que pudessem acessar os serviços de saúde e documentação da rede local de proteção.

De 22 a 28 de julho, o ACNUR e a SJMR entregaram quase 900 máscaras de pano para refugiados e migrantes que vivem em quatro diferentes ocupações espontâneas em Boa Vista. Em colaboração com a Associação Anjos de Luz, o ACNUR doou 280 máscaras para 140 pessoas com deficiência, venezuelanos e brasileiros, residentes nos municípios de Cantá e Amajari. As atividades também incluíram a entrega de materiais informativos sobre acesso à documentação, direitos e deveres no Brasil e sobre prevenção à violência sexual e de gênero.



O ACNUR e seus parceiros no Rio de Janeiro continuam reforçando o apoio aos refugiados e pessoas em maior situação de vulnerabilidade no estado. Entre março e junho de 2020, o ACNUR, por meio da parceira Caritas Rio de Janeiro (CARJ), prestou assistência a mais de 2.200 pessoas, das quais 1.059 (47%) eram recém-chegados com necessidades crescentes no contexto de pandemia. Durante esse período, a CARJ distribuiu mais de 820 cestas básicas e latas de leite em pó para as famílias refugiadas, fornecendo alimentos para mais de 2.234 pessoas em situações vulneráveis, principalmente famílias com crianças e mulheres grávidas. Além disso, mais de 1.474 kits não alimentares (incluindo roupas de inverno, kits de higiene e máscaras) foram distribuídos durante o período, beneficiando quase 3.500 pessoas no estado do Rio de Janeiro. O ACNUR também está apoiando iniciativas para acesso a moradias e abrigos adequados, prevenção de despejos e insegurança alimentar por meio do Comitê Estadual de Refugiados e Migrantes. O Comitê e a Caritas, entre outros membros locais da rede de proteção, estão buscando parcerias adicionais para aumentar doações e atender às crescentes necessidades do Estado do Rio de Janeiro.

Em São Paulo, a CASP (parceira do ACNUR) entregou mais de 500 cestas básicas e 1.300 kits de higiene e roupas de inverno doadas pela UNIQLO a famílias refugiadas.

Em julho, a parceira do ACNUR Compassiva, entregou mais de 500 cestas básicas, beneficiando uma média de 2.000 pessoas, incluindo adultos, crianças e idosos de diferentes nacionalidades. Os kits de higiene beneficiaram mais de 1.400 pessoas. A organização também registrou 121 novos beneficiários.

Contatos:

Paola Bolognesi – Oficial de Coordenação Interagencial (bolognes@unhcr.org)

Flavia Faria – Assessora de Relações Externas (faria@unhcr.org)

O ACNUR Brasil agradece o apoio de doadores da iniciativa privada e:

